



MARFIM E TRABALHADORES ITINERANTES DURANTE A “PARTILHA DA ÁFRICA”

Ivory and Itinerant Workers During The 'Scramble for Africa'

Silvio Marcus de Souza Correa ^a

 <https://orcid.org/0000-0002-0364-6590>

E-mail: silvio.correa@ufsc.br

^a Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de História,
Florianópolis, SC, Brasil.

DOSSIÊ/ISSUE

MIGRAÇÃO LABORAL E PRODUÇÃO DE COMMODITIES NA ÁFRICA: CONEXÕES GLOBAIS

LABOR MIGRATION AND COMMODITY PRODUCTION IN AFRICA: GLOBAL ENTANGLEMENTS

RESUMO

O período convencional da chamada “Partilha da África” (1884-1914) coincide com um grande afluxo de marfim bruto para as metrópoles. Enquanto mercadoria de uma economia colonial em expansão, o comércio de marfim dependeu de uma série de grupos de trabalhadores africanos itinerantes. Desde a extração das presas até a armazenagem, o transporte terrestre e o embarque em portos marítimos, vários grupos de africanos (guias, caçadores, batedores e carregadores) eram necessários até que o marfim chegasse às mãos dos trabalhadores europeus que, depois do desembarque e da distribuição da matéria-prima por diferentes países, o transformariam em joias, teclas de piano, bolas de bilhar, etc. A partir de alguns exemplos como a principal fábrica de marfim da Alemanha do II Reich, busca-se retrair a cadeia produtiva do marfim com enfoque para os vários grupos de trabalhadores africanos itinerantes. Com destaque para as fontes da imprensa colonial alemã e a partir de uma história entrelaçada (*verflochtene Geschichte*) entre a extração, o transporte, o armazenamento e a transformação do marfim, a proposta deste artigo visa conectar o trabalho de africanos itinerantes com o lazer da burguesia europeia sedentária em torno de uma mesa de bilhar ou de um piano.

PALAVRAS-CHAVES

Trabalhadores itinerantes. Marfim. Partilha da África.

ABSTRACT

The conventional period of the so-called “Scramble for Africa” (1884-1914) coincides with a large influx of raw ivory into the metropolises. As a commodity in an expanding colonial economy, the ivory trade depended on a series of itinerant African labor groups. From the extraction of tusks to storage, land transport and boarding in seaports, several groups of Africans (guides, hunters, batsmen, porters) were needed until the ivory reached the hands of European workers who, after disembarking and from the distribution of the raw material across different countries, they would transform it into jewelry, piano keys, billiard balls etc. From some examples such as a ivory factory in Germany during the Second Reich, the aim is to retrace the ivory production chain with a focus on the various groups of itinerant African workers. With emphasis on sources from the German colonial press and based on an entangled history (*verflochtene Geschichte*) between the extraction, transport, storage and transformation of ivory, the purpose of this article aims to connect the work of itinerant Africans with the leisure of sedentary European bourgeoisie around a pool table or a piano.

KEYWORDS

Itinerant workers. Ivory. Scramble for Africa.

O comércio de marfim bruto no mundo atlântico teve um aumento significativo durante a chamada “Partilha da África”, quando os impérios coloniais tentaram fazer prevalecer seus interesses comerciais sobre uma série de commodities. O marfim bruto foi um dos principais produtos de exportação do chamado Estado Independente do Congo (EIC).¹ Mas alguns decretos visando criar um monopólio comercial não tiveram efeito e o escoamento de marfim continuava em grande quantidade pelas rotas da África oriental.

Entre 1892 e 1894, as campanhas militares da Força Pública do EIC surtiram algum efeito.² Ao mesmo tempo, a presença alemã e britânica na África oriental concorreu para a deliquescência da hegemonia árabe-suaíli no comércio do marfim. Assim, toneladas de presas de elefante passaram a chegar aos portos marítimos da Europa. Entre 1890 e 1910, o principal abastecedor de marfim africano para o mercado mundial era o Congo.

A *Société Anversoise du Commerce au Congo*, a *Anglo-Belgian Rubber India Company* e o *Comptoir Commercial Congolais* foram as principais companhias a atuar no EIC.³ Contrário ao livre comércio que havia sido um argumento para avalizar a criação do EIC durante a Conferência de Berlim, o rei belga tornou-se o proprietário de quase todo território do EIC e concedeu a sociedades comerciais o direito de explorar suas riquezas (Reybrouck, 2010, p. 107).⁴ Em 1914, Albert Schweitzer (2010, p.123) reconhecia que o sistema de concessões levava a deploráveis abusos no Congo belga. No Congo francês, a *Compagnie Forestière du Haut-Congo* (CFHC) comercializava toneladas de marfim por ano, embora a venda de presas de elefantes não fosse a principal atividade da companhia de exploração florestal (Coquery-Vidrovitch, 1972, p. 422). Nota-se que o modelo de empresas concessionárias favoreceu uma verdadeira pilhagem dos recursos naturais africanos.

O marfim bruto era levado por carregadores africanos itinerantes desde o interior do Congo até os entrepostos comerciais. Ainda por via terrestre ou por via fluvial, o marfim era escoado até os portos de Matadi e Boma, ambos próximos à embocadura do rio Congo.⁵ A mercadoria chegava ao porto da Antuérpia nos navios de carga de uma sucursal da companhia marítima *Elder Dempster*, de Liverpool. Essa empresa tinha um contrato para a importação e exportação de produtos do Congo (Hochschild, 2007, p. 297).

Como “objeto global” desde o século XVII (Silva, 2018, p. 16), o marfim tinha uma rede de circulação por demais ramificada.⁶ Não obstante, a repressão ao tráfico atlântico de escravos impactou o comércio de marfim e outras atividades que envolviam trabalhadores itinerantes. Em 1885, o advento de um estado terrorista na África central fomentou a retomada da exportação do marfim bruto para a Antuérpia.⁷ O Estado Independente do Congo teve uma vida curta (1885-1908). No entanto, o terror que a sua Força Pública e que algumas empresas concessionárias impuseram às comunidades e a sua forma predatória de exploração dos recursos naturais e humanos são por demais conhecidos (Hochschild, 2007; Reybrouck, 2010).

¹ Organização política criada com a anuência dos delegados internacionais que participaram da então chamada Conferência do Congo, realizada em Berlim entre dezembro de 1884 e fevereiro de 1885.

² A Força Pública foi uma das principais formas de integração institucional entre os jovens nativos e o EIC. De regiões distantes foram recrutados soldados. Boma não era apenas a capital do EIC, mas a principal concentração militar da África central (Reybrouck, 2010, p. 96-97).

³ Esta última companhia explorava a borracha e o marfim (Adriaenssens, 2006, p. 69).

⁴ Sobre o comércio do marfim e a falácia do livre comércio no EIC, cf. Bornhaupt (1902).

⁵ Outrora conhecido como rio Zaire, trata-se do segundo maior rio do continente africano com uma extensão total de mais de 4.500 km.

⁶ Tratar o marfim africano como objeto global não significa validar o conceito de “globalização” para séculos anteriores. Sobre o anacronismo de análises que pretendem identificar a “globalização” para séculos anteriores, cf. Cooper, 2016, p. 175.

⁷ Para o terrorismo praticado com a anuência do Estado independente do Congo, ver o capítulo intitulado “*une immonde saloperie*” de David van Reybrouck (2010, p. 77-120).

A partir de um par de exemplos do comércio do marfim bruto, destaca-se a agência dos trabalhadores africanos itinerantes para uma melhor compreensão histórica de uma das pontas da materialização de certos recreios aristocráticos e lazeres burgueses da chamada *Belle Époque*. O uso do marfim em objetos *Art Nouveau* e na produção de teclados e bolas de bilhar parece o nó de uma trama, cuja urdidura dos fios revela histórias entrelaçadas de metrópoles europeias, colônias africanas e outros espaços culturais (Correa, 2021).

O MARFIM BRUTO AFRICANO E ALGUNS DOS SEUS USOS

No último quartel do século XIX, o marfim era ainda muito usado pelas comunidades locais no interior da África. Artefatos de uso cotidiano como cachimbos e apitos foram feitos de marfim.⁸ Pendentes e amuletos são outros exemplos dos múltiplos usos do marfim entre as populações africanas. Alguns distintivos de poder tinham forma em marfim.⁹ Na segunda expedição pelo continente africano de Henry Morton Stanley (1890, p. 53-54), o instrumento favorito de Hamadi, o guia-chefe da caravana, era uma trompa de marfim “prodigiosamente comprida” que ele se servia ao buscar um local para acampar ou para sinalizar ao grupo um perigo na dianteira. Esse instrumento de marfim era também o único distintivo que pertencia à sua profissão. Para algumas realezas da África ocidental, presas inteiras de elefante foram esculpidas com figuras em alto relevo. Nelas foram gravados acontecimentos numa narrativa épica. Com a conquista militar dos britânicos e dos franceses na região da Nigéria e do antigo Daomé, muitas dessas peças esculpidas em marfim entraram no circuito comercial.¹⁰

Mas se o comércio atlântico de marfim lavrado não tinha mais o fluxo de outros tempos, a oferta e a demanda por marfim bruto aumentaram no último quartel do século XIX. Uma estimativa para o período entre 1879 e 1883 dava uma média anual de 850.000 kg de marfim africano exportado. A África ocidental representava um 1/3 do total, sendo o restante exportado desde os portos do Egito até os de Moçambique (Meyer, 1889, p. 19).

O aburguesamento das sociedades europeias favoreceu novas utilidades ao marfim. Ele foi matéria-prima para utensílios masculinos como escovas, pentes para os bigodes, piteiras, cabos para calçadeiras ou punhos de bengalas. Em marfim houve, igualmente, uma produção de utensílios femininos como estojos ou guarda-joias, cabos de espelhos e de ganchos para desabotoar as botas e acessórios como leques, broches e diademas. Ainda em marfim havia cabos de colheres, garfos e facas de prata, além de outras peças para serviços de mesa.

Ao passo que crescia a população urbana na Europa, aumentava-se a demanda por esses acessórios. A mimese social fazia com que novos segmentos sociais buscassem os mesmos objetos de pretensão ou distinção social. A raridade do marfim tinha contribuído para o seu valor no mercado de artes. Ao mesmo tempo, utensílios com marfim de menor qualidade eram produzidos para torná-los mais acessíveis. Outras gemas orgânicas podiam também substituir o marfim em alguns casos. Com as novas tendências *fin-de-siècle* na arte decorativa, o marfim passou a estar presente em muitos objetos, inclusive joias numa revalorização da escultura criselefantina.

⁸ REYBROUCK, p. 216-221 (ilustrações 335 a 340).

⁹ Cf. Felix, 2010, p. 125-172 (ilustrações 130-218).

¹⁰ No final do século XIX, havia ainda uma produção artesanal de produtos em marfim na Costa do Loango (Bridges, 2009). No entanto, o mercado europeu tinha preferência pelo marfim bruto. Somente nas primeiras décadas do século XX, um incipiente setor do mercado de arte passaria a valorizar a então chamada “arte negra”.

O MARFIM NA ARTE NOVA

Entre 1885 e 1910, o marfim foi uma das principais matérias-primas de uma “arte colonial” (Correa, 2021; Jarrassé, 2016; Flynn, 1998). Em estilo *Art Nouveau*, as criselefantinas de joalheiros como o francês René Lalique (1860-1945) e o belga Philippe Wolfers (1858-1929) são exemplos da renovação artística europeia para o uso do marfim africano.¹¹ A arte decorativa foi vista pelas autoridades belgas como uma alternativa para ampliar o mercado das matérias-primas provenientes do Estado Independente do Congo. Não apenas madeiras nobres da selva africana foram usadas por marceneiros e ebanistas belgas na produção de mobiliário com design Arte Nova, o marfim foi amplamente utilizado na arte decorativa exibida ao público durante as exposições universais da Antuérpia (1894) e de Bruxelas (1897). Em 1894, Phillipe Wolfers e uma dezena de artistas belgas assinaram as primeiras peças de renovação da arte decorativa em marfim.¹² Os trabalhos foram exibidos na Seção Congoleza da Exposição Universal da Antuérpia. Por ordem do rei Leopoldo II, o administrador geral do EIC, Edmond Van Eetvelde, forneceu marfim bruto para os artistas belgas (Correa, 2021, p. 619).

O rei belga foi um mecenas das artes decorativas, mas também um dos responsáveis pela monumentalização de Bruxelas. Uma obra em sua homenagem por um dos seus protegidos, o artista belga Thomas Vinçotte (1850-1925), encontra-se no *Africa Museum* de Tervuren. Trata-se de um busto de Leopoldo II em marfim. Do mesmo escultor, há uma estátua equestre do rei Leopoldo II no segundo piso do Museu *Art & Histoire* de Bruxelas. Num aviso para os visitantes, pode-se ler o seguinte:

O museu Art & Histoire é um lugar dedicado à fascinação do belo e à compreensão do passado. O aspecto glorificador desta estátua equestre é indefensável. Decidiu-se, no entanto, de não retirá-la do local. A aversão pelos horrores do passado pode ser também um ensinamento para o presente.¹³

Nota-se que a posição da curadoria do museu *Art & Histoire* de Bruxelas foi diferente da nova museologia do *Africa Museum* de Tervuren, antigo *Musée royal de l'Afrique centrale*. As esculturas “coloniais” desse museu foram simplesmente removidas e não estavam mais exibidas ao público em 2023.¹⁴ Embora nada indique a relação entre a estátua equestre e as demais obras de arte que se encontram no segundo piso do museu *Art & Histoire*, cabe informar que todas ou quase todas as criselefantinas que se pode admirar naquele lugar foram realizadas por mãos de artistas belgas que receberam marfim para as suas esculturas numa iniciativa de mecenato das autoridades belgas.

Para ficar num exemplo, tem-se uma obra de arte do lado oposto da estátua equestre do rei belga. Exibida individualmente, ela acusa o uso do marfim nas obras de Philippe Wolfers.¹⁵ Conhecida sob o nome de “*la caresse du cygne*”, essa obra de Philippe Wolfers, datada de 1897, é composta de uma parte em marfim lavrado, outra em bronze e uma base em mármore. A fundição é atribuída a Jacques Petermann.¹⁶ Ela foi apresentada na Seção

¹¹ Algumas das mais expressivas obras em marfim de Philippe Wolfers se encontram na coleção de arte decorativa do Museu *Art & Histoire* de Bruxelas.

¹² A lista completa de nomes se encontra no *Guide de la Section de l'État indépendant du Congo*, Bruxelles: Imprimerie Veuve Monnom, 1897, p. 11.

¹³ Tradução livre do autor.

¹⁴ Disponível em: <https://www.brusselstimes.com/595740/africa-museum-removes-several-colonial-statues-from-its-tour-route>. Acesso em: 18 jan. 2024.

¹⁵ Em 2017, a Fundação Rei Balduino adquiriu mais de 150 obras, bem como um fundo dos arquivos de Philippe Wolfers.

¹⁶ Jacques Petermann fundou a sua própria casa de fundição em 1870. No início do século XX, ela passou a se chamar Fundação nacional dos bronzes e prestou serviço de fundição para diversos artistas como Philippe Wolfers e Auguste Rodin.

Congolesa da Exposição Universal de Bruxelas (1897) e no Salão da Secessão de Munique (1899). Fez parte da antiga coleção de Frantz de Schaezzen, depois, entrou para o Museu de Arte e História de Bruxelas em permuta com o antigo *Musée royal de l'Afrique centrale* (1967).

Figura 1: *La caresse du cigne* (Wolfers, 1897)



Fonte: Fotografia do autor (novembro de 2023).

Em 1897, a Exposição Universal de Bruxelas consagrou o trabalho artístico de Philippe Wolfers. Ele recebeu uma medalha de ouro e a empresa familiar Wolfers Frères o grande prêmio do certame (Adriaenssens, 2006, p. 65). Das dezenas de artistas que produziram obras em marfim para a seção colonial das exposições da Antuérpia (1894) e de Bruxelas (1897), Philippe Wolfers foi quem melhor soube trabalhar a matéria leitosa dessa gema orgânica. Assim como outros artistas belgas, Wolfers contou com a oferta de marfim pelas autoridades belgas do Congo.

Nos finais de 1912, a joalheria Wolfers Irmãos foi inaugurada na rua Arenberg em Bruxelas. O projeto arquitetônico foi assinado por Victor Horta, o mais renomado arquiteto do estilo Arte Nova de Bruxelas. A luxuosa boutique foi reproduzida numa das salas do museu *Art & Histoire* de Bruxelas, na qual pode-se ver algumas obras em marfim como a “Esfinge misteriosa” (1897) do artista belga Charles Van Der Stappen.

Nota-se que as obras do joalheiro Wolfers utilizava gemas orgânicas, pedras preciosas, mas também prata e ouro. O trabalho de argenteria e ourivesaria, além da

fundição em bronze, exigia uma divisão do trabalho nas oficinas dos irmãos Wolfers e mesmo fora delas. Em prol da notoriedade de um joalheiro como Phillippe Wolfers ou de uma casa de fundição como a de Jacques Petermann, a notoriedade ou o reconhecimento do trabalho artístico era individualizado em detrimento da rede anônima de trabalhadores envolvidos.

Além da divisão social do trabalho na oficina de um joalheiro ou numa casa de fundição numa metrópole europeia, deve-se levar em conta outras formas de trabalho para obtenção das matérias-primas. No caso do marfim africano, caçadores especializados eram encarregados de abater elefantes. Ajudantes eram responsáveis por retirar as presas do animal abatido. Carregadores transportavam o marfim desde os confins da África até um porto fluvial ou marítimo. Esses trabalhadores itinerantes eram fundamentais para o escoamento de recursos naturais como o marfim, mas também madeiras nobres e ainda metais preciosos utilizados nas artes decorativas e também na fabricação de pianos.

TECLAS DE PIANO EM MARFIM

Com o seu teclado em marfim e ébano, o piano era o instrumento preferido das famílias burguesas. Houve uma enorme produção de pianos na Europa desde meados do século XIX. Segundo as estimativas de David Crombie (1995, p. 49), foram produzidos pouco mais de 30.000 pianos na Europa em 1850. Em 1910, a produção europeia já superava a cifra anual de 200.000 pianos.

O aumento da produção de pianos dependeu, entre outros fatores, das inovações no instrumento não apenas na tecnologia, mas sobretudo no seu formato. As principais casas de piano eram alemãs, austríacas e inglesas. Em 1884, estimava-se em 424 fábricas de piano na Alemanha que empregavam 7.834 trabalhadores (Ehrlich, 1990, p. 77). Na altura, a Alemanha chegou a produzir 70.000 pianos por ano (Meyer, 1889, p.33). Nos Estados Unidos, um imigrante alemão e o seu filho seriam os responsáveis por uma das casas mais famosas de piano do mundo: Steinway & Son. Não tardou para a produção de pianos norte-americana representar quase a metade da oferta mundial. Em 1890, a produção anual norte-americana era em torno de 70.000 pianos e a europeia na casa dos 140.000. Na primeira década do século XX, a produção anual de pianos norte-americana superaria a europeia.

Se o crescimento demográfico na Europa industrial favoreceu o mercado de instrumentos musicais, a grande migração para as Américas também expandiu o mercado de exportação de pianos. Havia um grande número de famílias alemãs na Argentina e no Brasil. A exportação alemã de pianos visou ainda outras comunidades de imigrantes europeus, como nos Estados Unidos e na Austrália.

Na África do período colonial, igrejas, associações, agremiações, escolas, hotéis e restaurantes podiam ter seus pianos. Algumas famílias possuíam o seu próprio piano, como a família de Helena von Falkenhausen. Em suas reminiscências da África, entre 1893 e 1904, ela lembra que seu pai recebia regularmente a visita de funcionários, oficiais e comerciantes alemães. Nessas ocasiões de sociabilidade, alguns cantavam e ela os acompanhava no piano. O capitão Samuel Herero costumava frequentar a casa dos Falkenhausen e chegou, uma vez, oferecer a jovem 4 Marcos para ela tocar algo no piano (Falkenhausen, 1910, p. 43).

Alguns anúncios de jornais da imprensa colonial permitem inferir a procura por aulas de piano.¹⁷ Se havia quem ensinava, deveria haver também quem reparava e afinava pianos. Uma notícia no *Usambara-Post*, em sua edição de 21 de junho de 1913, informava

¹⁷ Stellen-Angebote. *Kolonie und Heimat*, n. 9, Berlin, 19.01.1908, p.15.

que o reparador profissional e afinador de piano M. Froese estaria em breve em Dar es Salaam. Em seu livro sobre a questão feminina nas colônias alemãs, Clara Brockmann (1910, p.7), sugeriu o seguinte para as suas compatriotas na “África alemã”:

A esposa do fazendeiro também pode cultivar a música se sentir necessidade. Esta pode até se tornar seu entretenimento e diversão mais agradável. Eu penso, obviamente, não na música mecânica, no gramofone, que pode ser encontrado em muitas fazendas como substituto do concerto alemão, mas sim no piano, nos instrumentos de corda, etc. Os pianos tropicais serão os melhores, pois respondem melhor à influência do clima, às enormes diferenças de temperatura.¹⁸

A informação de Clara Brockmann indica uma produção de pianos adaptados ao clima tropical. Assim como havia máquina fotográfica para os trópicos, o piano para “países quentes” buscava atender uma demanda de imigrantes europeus. Os pianos alemães se exportavam aos milhares em 1890 (Ehrlich, 1990, p. 70). No final de abril de 1913, o doutor Albert Schweitzer recebeu as dezenas de caixas desembarcadas no porto fluvial próximo do seu posto na selva africana. Para buscá-las, precisou de carregadores. “Preocupava-me bastante o transporte do meu piano com pedais de órgão, construído especialmente para os trópicos” (Schweitzer, 2010, p. 38).

Figura 2: Uma jovem ao piano



Fonte: Koloniales Bildarchiv | Frankfurt am Main (Bildnummer 003-1044b-16)
<https://sammlungen.ub.uni-frankfurt.de/kolonialesbildarchiv> Acesso em: 18 jan. 2023

¹⁸ No original: Auch die Musik kann die Farmersfrau pflegen, wenn sie das Bedürfnis dazu verspürt. Sie kann sogar zu ihrer schönsten Unterhaltung und Zerstreuung werden. Ich denke hier natürlich nicht an die mechanische Musik, das Grammophon, das man auf vielen Farmen als Ersatz für das heimische Konzert findet, sondern vielmehr an das Piano, Streichinstrumente usw. Am besten wird sich ein tropensicher gebautes Klavier bewähren, da es dem Einfluß der enormen Temperaturunterschiede Widerstand entgegensetzt.

Uma fotografia de Kurt von Schleinitz mostra um piano numa casa alemã na África oriental. Embora o acervo fotográfico da Sociedade Alemã de Colonização tenha mais de mil negativos de vidro de Kurt von Schleinitz, com datação entre 1907 e 1914, tem-se apenas esta imagem de um piano. Trata-se de um instrumento fabricado em Kiel por Reese & Haase. Nota-se que o marfim bruto era exportado para a Europa e voltava para a África nas teclas de um piano.

O mesmo acontecia com o ébano cujas achas eram exportadas para a Europa e voltavam nas teclas pretas do piano. Assim como o comércio do marfim, a exploração florestal era predatória e enorme foi o desperdício. No final de julho de 1914, Albert Schweitzer escreve de Cabo Lopez sobre as madeiras na selva africana.¹⁹ Relata o médico humanista vários casos de desmatamento com perda parcial ou total das toras por falta de logística para escoamento das madeiras etc. Perdas financeiras também foram relatadas como o caso de uma companhia estrangeira. Na baía de Libreville, um jovem negociante inglês estava incumbido de comprar madeira de ébano para a sua empresa e foi ludibriado pelos nativos cuja esperteza em “matéria de fraude no comércio da madeira atinge um grau inacreditável” (Schweitzer, 2010, p. 106).

Assim como o marfim, a atividade de extração e exportação do ébano e de outras madeiras nobres demandava trabalhadores itinerantes. Na África equatorial, “os exploradores florestais e os plantadores não contratam de modo algum a gente das redondezas; engajam por um ano rapazes pertencentes a tribos afastadas, fazendo-os vir por via fluvial” (Schweitzer, 2010, p. 120). Esses jovens trabalhadores itinerantes ficavam em acampamentos na selva durante as atividades de derrube das árvores e de transporte das toras pelo rio abaixo.

A enorme produção de pianos se beneficiou da oferta de marfim e de madeiras nobres à época dos impérios coloniais. Ébano, mogno, acaju e outras madeiras eram usadas para confecção de pianos cujas teclas brancas eram quase sempre de marfim e as pretas de ébano. A qualidade do marfim para teclas podia variar. A firma Meyer, por exemplo, produzia teclas de marfim de quatro tipos: a) de marfim espesso e branco; b) de diferente marfim; c) de marfim duro; d) mistura de marfim variado com leve defeito (Meyer, 1889, p. 37). Ainda para momentos de sociabilidade burguesa, uma série de objetos era produzida em marfim para o lazer e entretenimento, como bolas de bilhar ou peças de dominó e de xadrez.

BOLAS DE BILHAR E O MARFIM AFRICANO

O marfim africano em bolas de bilhar é um outro exemplo dessas histórias entrelaçadas, pois a fabricação metropolitana dependia da matéria-prima colonial. Na Alemanha, a principal fábrica de bolas de bilhar foi a do hamburguês Henrich Adolph Meyer. Herdeiro da firma do seu pai, H. A. Meyer importava não apenas marfim, mas também borracha. O aumento da demanda por produtos em marfim motivou Meyer a abrir um entreposto comercial em Zanzibar. Em 1889, a campanha militar sob o comando de Hermann von Wißmann garantiu o domínio alemão na África oriental. Mas não foi suficiente para assegurar os negócios de Meyer.

Em Hamburgo, a firma Meyer chegou a ter um estoque de marfim no valor de 500.000 Marcos (Figura 3). A maior presa de elefante em posse da firma Meyer tinha 2,60 metros de altura e pesava 94 quilogramas. Um dos pares de presas mais preciosos foi adquirido em 1882 no Zambezi. O par pesava quase 145 quilogramas e tinha quase 2,30 metros de

¹⁹ Na altura, a exportação de madeira de Cabo Lopez era em torno de 150.000 toneladas por ano (SCHWEITZER, 2010, p.113).

altura cada um. A circunferência mediana era de 60 centímetros. Outro par perfeito se encontrava também na firma Meyer e o seu valor era de 3.775 Marcos.²⁰

Henrich Adolph Meyer chegou a publicar um livro sobre o marfim em 1889, no qual informa sobre o processo de fabricação de bolas de bilhar. As bolas precisavam secar por cerca de 90 dias num local com temperatura estável, antes do polimento (Meyer, 1889, p.40). Assim como as teclas de marfim para piano, as bolas de bilhar podiam ter qualidade variada (Meyer, 1889, p. 42). Na fabricação das bolas de bilhar, observava-se a massa e a circunferência distintas, por conseguinte, alcançava-se diferentes preços (Meyer, 1889, p.45).

Para a fabricação de pentes, teclas de piano e bolas de bilhar, o melhor marfim era o proveniente da África oriental. Calculava-se o valor médio do quilo em 30 Marcos. Além de bolas de bilhar, a firma Meyer fabricava outros produtos em marfim como cabos de talheres, de bengalas e de guarda-chuvas, pentes e teclas para piano.

Figura 3: Armazém da firma Meyer em Hamburgo



Fonte: *Kolonie und Heimat* (n. 36, Berlin, 26.05.1912, p.3)

<https://sammlungen.ub.uni-frankfurt.de/variaperiodika/periodical/pageview/7812625>

Acesso em: 12 jan. 2023.

Para a produção de bolas de bilhar, o marfim preferido era pequeno e de elefante fêmea. Chamado de “dente-bola”, o seu peso raramente excedia 10 quilogramas e sua origem era a região dos Grandes Lagos (Meyer, 1889, p.41). Diante da redução das manadas de paquidermes, subia o valor do marfim.²¹ Uma fotografia da oficina de bolas de bilhar da firma Meyer (Figura 4) permite ter uma ideia da sua produção. Nela havia 20.000 bolas de bilhar num valor de 400.000 Marcos.

²⁰ Von Elefantenzahn zur Billardkugel. Bilder vom Hamburger Elfenbeinmarkt. *Kolonie und Heimat*, n. 36, Berlin, 26.05.1912, p. 2.

²¹ Von Elefantenzahn zur Billardkugel. Bilder vom Hamburger Elfenbeinmarkt. *Kolonie und Heimat*, n. 36, Berlin, 26.05.1912, p.3.

Figura 4: Oficina da Firma Meyer



Fonte: *Kolonie und Heimat* (n.36, Berlin, 26.05.1912, p.3)

<https://sammlungen.ub.uni-frankfurt.de/variaperiodika/periodical/pageview/7812625>

Acesso em: 12 jan. 2023

Na proximidade da firma Meyer havia 12 casas para os melhores trabalhadores casados. Conforme as palavras do patrão (Meyer, 1889, p. 55):

Cada moradia, solidamente construída com os melhores materiais e equipada com todas as comodidades, contém três quartos, uma cozinha luminosa, despensa, adega e um espaço parcialmente dividido, uma varanda coberta e um pequeno jardim com respectiva saída.²²

O aluguel das doze moradias próximas da firma Meyer era subsidiado, uma vez que havia a preocupação em proporcionar “habitação saudável e barata aos bons trabalhadores” (Meyer, 1889, p. 56). Se a firma tinha alguma preocupação com um grupo seletivo de seus empregados em Hamburgo, parece que nenhuma preocupação demonstrou pelos trabalhadores itinerantes que integravam as suas caravanas pelo interior da África oriental.

OS TRABALHADORES AFRICANOS ITINERANTES

Durante o domínio colonial na África subsaariana, relações de trabalho análogas à escravidão foram reproduzidas em diferentes contextos regionais. Para ficar num exemplo, a revista alemã *Kolonie und Heimat* ilustrou uma matéria sobre a vida de apenados nas

²² No original: Jede Wohnung, durchaus solid aus bestem Material hergestellt und mit allen Bequemlichkeiten versehen, enthält drei Zimmer, helle Küche, Speisekammer, Keller und teils in Kammern abgeteilte Bodenräume, bedeckte Veranda nebst kleinem Garten resp. Austritt.

colônias com fotografias dos prisioneiros acorrentados a prestar serviços públicos como para nivelamento de ruas em Mpapua e varredura de ruas em Tabora na África oriental ou para a construção civil em Dikoa no norte dos Camarões.²³

Outras formas de trabalho implicavam uma constante mobilidade espacial. Entre os trabalhadores itinerantes, destacam-se os carregadores africanos. Havia entre eles homens escravizados e libertos. Da ilha de Zanzibar se organizavam muitas caravanas para o interior do continente africano. O explorador Henry Morton Stanley fez notar que os termos *watuma* (escravo) e *wangwana* (liberto) eram empregados na cultura árabo-suaíli. Entretanto, a distinção entre muçulmanos e pagãos se confundiu com aquela percepção de classe. Assim, tornou-se o termo *wangwana* quase etnônimo para designar o liberto ou nativo de Zanzibar.²⁴ Por isso, Stanley (1890, p.30) utiliza *wangwana* indistintamente para libertos e escravizados de Zanzibar. Os mais pobres entre eles, vendem os seus préstimos “para transportarem fardos, caixas e mercadorias da alfândega para a embarcação ou armazém, ou vice-versa, e como bestas de carga para todo o serviço, pois os camelos são poucos e as viaturas de rodas são inexistentes” (Stanley, 1890, p. 32). É ainda Stanley (1890, p.32-33) quem informa o seguinte:

Há uma classe dos wangwana que vive em Ngambu, nas pequenas hortas do interior da ilha e ao longo da costa do continente, que prefere a vida errante oferecida pelos comerciantes árabes e pelas expedições científicas a estar sujeita aos caprichos, à tirania e à mesquinhez dos pequenos proprietários de terras. Queixam-se que os Árabes são arrogantes, gananciosos e demasiado exigentes, abusam e pagam mal [...] Dizem, por outro lado, que quando acompanham expedições comerciais ou de outra natureza, são bem pagos, comem bem, e comparativamente, tem pouco trabalho.

Segundo o intrépido explorador que atravessou o continente africano, “é aos *wangwana* que Livingstone, Burton, Speke e Grant devem em grande parte o sucesso nos seus objetivos e, ao serviço destes exploradores, esta raça prestou grandes favores à Geografia” (Stanley, 1890, p. 33).

Desde antes da primeira travessia da África, de sua costa do Índico até a do Atlântico, realizada pela expedição de Stanley entre 1874 e 1877, a ilha de Zanzibar concentrava grande parte da exportação de marfim da África oriental, sendo famosas a quantidade e a qualidade do marfim comercializado. Desde meados do século XIX, a firma hamburguesa O'Swald tinha feitorias na costa da África oriental, mais precisamente em Mombasa, Bagamoyo, Dar es Salaam, Muanza e Tanga (Schwidder, 20004, p. 52-94).

Em 1886, o sultão de Zanzibar firmou um acordo com autoridades alemãs e, no ano seguinte, com britânicas em prol dos negócios destes dois impérios coloniais. Malgrado a presença europeia e também norte-americana em Zanzibar, os comerciantes indianos como Alidina Wisram tinham a prevalência no comércio de marfim.

No último quartel do século XIX, o comerciante hamburguês Heinrich Adolf Meyer tinha os seus representantes comerciais na África oriental.²⁵ Todavia, as vicissitudes do comércio numa região multicultural e os conflitos gerados pela exploração colonial obrigaram a firma Meyer a concentrar as suas atividades em Zanzibar e fechar o seu

²³ Freiheitsstrafen in den Kolonien. Bilder aus dem Leben der Kettengefangenen. *Kolonie und Heimat*, n. 10, Berlin, 02.02.1908, p. 6-7.

²⁴ Para a África oriental, Felipe Bastos (2022, p.75) deu um outro exemplo a partir do nome pejorativo *mawia* que “permaneceu elusivo e envolto em ambiguidades ao longo dos períodos coloniais alemão e britânico e foi transformado em etnônimo utilizado com finalidades classificatórias no Tanganyika britânico.”

²⁵ Der Kaufmann in den Kolonien. Der Elfenbeinhandel Deutsch-Ostafrikas einst und jetzt. *Kolonie und Heimat*, n. 11, Berlin, 16.02.1908, p. 5-6.

empório em Tabora em 1886 e a sua feitoria em Bagamoyo em 1892. As duas firmas hamburguesas O'Swald e Meyer chegaram a ter operações conjuntas (Schwidder, 2004, p. 14-15). Com um entreposto em Zanzibar, a firma Meyer buscava independência do mercado inglês de marfim. Ela chegou a organizar caravanas com até 600 carregadores (Meyer, 1889, p. 27). Contudo, a concorrência indo-britânica no comércio do marfim, entre outros fatores, impactava negativamente nas atividades e mesmo na parceria das firmas hamburguesas. No final do século XIX, os mercados de Londres e Antuérpia concentravam grande parte da importação de marfim africano e superavam em muito o volume comercializado no mercado de Hamburgo.

Porém, a exportação do marfim pelos portos marítimos da costa africana, ocidental e oriental, dependia dos carregadores. Esses trabalhadores itinerantes podiam se engajar voluntariamente para integrar uma caravana como podiam ser recrutados por intermédio dos chefes locais. Alguns traficantes de marfim negociavam diretamente com os chefes locais o número de carregadores de que precisava. De Zanzibar, as caravanas contavam com os chamados *wangwana*, mas também com os *wanyamwezi*. Extraí-se do relato de Henry M. Stanley (1890, p.33-34):

Há outro grupo do interior da África que começam a ser notados e que, embora tenham um temperamento mais difícil, estou convencido que serão favorecidos em relação aos *wangwana*, quando se tornarem mais conhecidos. Refiro-me aos *wanyamwezi*, ou nativos de Unyamwezi [...] Se bem que os exploradores costumem preferir os *wangwana* como escolta, por estarem mais familiarizados, os *wanyamwezi* são de longe superiores como carregadores. A maior resistência às doenças, a grande força e vigor e o orgulho no ofício de carregador são traços que os tornam viajantes natos de incalculável utilidade e vantagem para África [...] Tippu-Tib chefou 500 destes homens até a distante Bisa e as planícies de Rua. Juma Merikani foi escoltado por eles até o coração das regiões para lá do Tanganica, Khamis bin Abdallah comandou uma grande força na sua busca de marfim nas regiões interlagos. O inglês que descobriu o lago Tanganica e, finalmente, eu próprio estamos igualmente em dívida para com eles, quer na minha primeira expedição quer na última.

Para Stanley, os *wanyamwezi* não tinham apenas qualidades para serem reconhecidos como os melhores *pagazis* (carregadores), mas também para se tornarem “uma grande nação africana”. Décadas depois desses elogios de Stanley, destacavam-se os carregadores *wanyamwezi* na imprensa colonial alemã.²⁶

²⁶ Trata-se de um dos principais grupos linguísticos da atual Tanzânia. O nome tem origem suaíli e significa “povo do oeste”.

Figura 5: Carregadores *wanyamwezi* em Bagamoyo



Fonte: Kolonie und Heimat (n.11, Berlin, 16.02.1908, p. 6)

<https://sammlungen.ub.uni-frankfurt.de/variaperiodika/periodical/pageview/13467885>

Acesso em: 12 jan. 2023.

A literatura colonial alemã também registrou o ocaso das grandes caravanas pelo interior do continente de comerciantes suaílis de escravos e de marfim. Por outro lado, informava que “suaílis da costa” ainda forneciam grande contingente de carregadores para as caravanas de indianos ou europeus (Meyer, 1909, p. 95). Na exposição do Museu Colonial em Berlim, na sessão da África oriental, havia uma cena do comércio de marfim, onde se via carregador e comprador de presas de elefantes.²⁷

Mas foi no Congo que a exportação da borracha e do marfim teve o maior impacto ecológico, inclusive na demografia das comunidades locais. Com a criação do Estado Independente do Congo, houve um esforço em “drenar” o escoamento de marfim para o porto marítimo no Atlântico. Um número expressivo de carregadores era necessário para lograr êxito, além de uma legislação para impor um monopólio comercial sobre o marfim. Como observou Jelmer Vos (2008, p.89), apesar deste regime de domínio real se desenvolver plenamente somente depois de 1891, as bases já estavam lançadas nos primeiros anos do EIC.²⁸

A exportação do marfim bruto para a Europa atendeu uma nova demanda da sociedade em processo de aburguesamento. Dessa maneira, as redes internas do comércio africano e suas conexões com portos marítimos podem oferecer novas

²⁷ Das deutsche Kolonialmuseum in Berlin. *Kolonie und Heimat*, n. 20, Berlin, 19.06.1910, p.4-5.

²⁸ Christian von Bornhaupt (1902, p. 107) concluiu a sua conferência na Sociedade Alemã de Colonização de Berlim afirmando que o EIC “estatizou” os recursos naturais do Congo na contramão do livre comércio.

perspectivas para uma história global do marfim. Trata-se de um jogo de escalas que permite conectar os atores locais e alguns de seus fornecedores nos sertões da África aos principais destinos de exportação do marfim africano para o mundo.

Embora a maioria dos trabalhadores itinerantes de uma caravana tenha permanecido anônima, alguns nomes foram registrados por exploradores como Henry M. Stanley ou Serpa Pinto. Também fotógrafos amadores ou profissionais registraram essas personagens africanas como o senhor John Phillips que fotografou alguns homens da expedição de Stanley em Cabinda.²⁹ Uma gravura a partir dessa fotografia se encontra na edição portuguesa do relato de viagem *Através do Continente Negro* (1874-1877).³⁰

Outra gravura retrata Stanley com os membros da expedição em *Simon's Town* na África do Sul. A partir de outra fotografia, tem-se o retrato coletivo de doze mulheres da expedição de Stanley. A identificação dessas mulheres a partir dos nomes dos seus respectivos maridos confirma uma organização própria das caravanas nas quais alguns trabalhadores itinerantes traziam consigo suas mulheres e sua prole.³¹ Cabe ressaltar que as doze mulheres anônimas “pertenciam” a homens com importantes cargos na expedição de Stanley.

Também a expedição de Serpa Pinto tinha homens que escaparam ao anonimato como Veríssimo e Augusto. Mulheres e crianças participaram, igualmente, das expedições portuguesas. “[...] todas as comitivas levam inúmeras crianças que, com cargas proporcionais às suas forças, acompanham os pais ou parentes nas mais longínquas correrias” (Serpa Pinto, 1881, p. 139). Uma gravura do seu livro *Como eu atravessei a África* (1877-1879) registra o explorador com as pessoas que restavam ao final da expedição. Entre elas, vê-se uma mulher e dois meninos.³²

Nem sempre homens e mulheres errantes voltavam para a sua terra natal depois de participarem de uma caravana. A expedição de Stanley entre 1874 e 1877 foi excepcional. Menos de um terço do total que partiu de Zanzibar acompanhava ainda o explorador ao chegar do outro lado do continente.³³ A centena de pessoas que restava com ele ao chegar em Boma não acreditava poder ver o mar novamente e muito menos retornar para as suas casas. Mesmo depois da partida de retorno pelo porto de Luanda, muitos estavam desanimados e desacreditados. A chegada dos sobreviventes em Zanzibar foi descrita por Stanley (1890, p. 628) nesses termos:

Para quem estava na praia era uma surpresa ver tantos homens de túnica branca e turbante a desembarcar de um navio de guerra inglês. Seriam escravos ou o quê? Não. Não podiam ser escravos porque estavam bem vestidos. O que poderiam ser então? [...] A boa notícia correu por toda praia: “É a expedição do *Bwana* Stanley que retornou.” [...] Os homens saltam literalmente para os braços dos seus e muitos têm os olhos lacrimosos quando alguns tomam a incumbência de contar de imediato algumas histórias de morte e desastre. Os menores detalhes, que se contam aos milhares, serão contados amanhã, no dia seguinte, no próximo e pelos dias e anos a vir.

²⁹ John Phillips era o agente principal da feitoria da firma inglesa Hatton & Cookson situada na baía de Cabinda.

³⁰ A edição inglesa usada para as citações de *Through the Dark Continent* (London, 1890) não contém algumas ilustrações que se encontram no segundo volume da edição do mesmo livro das Publicações Europa-América (Lisboa, 2008).

³¹ Outro trabalhador itinerante, o *askari* (soldado) tinha também a possibilidade de trazer consigo mulheres e famílias como demonstra uma série de documentos, inclusive fotografias. Aos soldados da Força Pública no EIC também era admitido que suas mulheres os acompanhassem (Reyboruck, 2010, p. 97).

³² Trata-se da figura 137 do segundo volume da edição de 1881.

³³ A caravana que partiu de Zanzibar em 1874 contava 356 pessoas (Stanley, 1890, p. 53)

As informações de Henry M. Stanley sobre o recrutamento de carregadores em Zanzibar e as de Alexandre de Serpa Pinto sobre o mesmo caso em Luanda mostram as dificuldades para a organização dessas expedições científicas pelo interior do continente africano. Segundo Serpa Pinto (1881, p.15):

Desde a minha saída de Lisboa, uma preocupação constante me perseguia. A nossa bagagem era enorme, e tinha de ser ainda muito aumentada, com fazendas, missangas e outros gêneros, que seriam a nossa moeda no sertão.

Depois de não conseguir carregadores em Luanda, Serpa Pinto (1881, p. 22) buscou carregadores para a sua expedição no então chamado Congo português, onde obteve a seguinte informação:

Disseram-me, que seria, talvez, possível obtê-los, se os chefes locais indígenas me quisessem auxiliar; mas que, o melhor meio para mim, era resgatar, e em seguida contratá-los para o serviço que eu exigia. Repugnou-me a ideia de comprar homens, embora fosse para os libertar em seguida. E depois, quem sabe se eles me queriam acompanhar sendo livres?

As expedições de Stanley e de Serpa Pinto, como tantas outras, não tinham a finalidade de resgatar escravos nem marfim.³⁴ No entanto, as informações sobre a organização das caravanas e o recrutamento de trabalhadores itinerantes revelam muito das relações de trabalho que já estavam consolidadas no sertão africano. Assim como os sertanejos como António Francisco Ferreira da Silva Porto mercadejavam até o Alto Zambeze, traficantes como Rumaliza resgatavam escravos e marfim até a região oriental do Congo. As caravanas de sertanejos e de árabo-suaílis não foram apenas a base de atividades de muitos dos trabalhadores itinerantes que seriam recrutados pelas expedições científicas, mas também a base das rotas que alguns exploradores seguiram pelo continente africano.³⁵ O encontro de Silva Porto com Livingstone resta emblemático e o manuscrito redigido pelo primeiro em 1868 demonstra o conhecimento empírico que se tinha dos caminhos da África central.³⁶

Alexandre de Serpa Pinto chegou a reclamar de certas práticas pré-existentes no sertão da África central. Segundo ele, o sertanejo do Bié, na cobiça de obter o marfim, chega a dar-lhe a roupa que veste ao régulo e volta para a sua terra seminu com os seus carregadores. Reclama também do costume dos sertanejos de entregar tudo ao régulo e esperar que este último lhes desse em troca o que entendesse suficiente. Por isso, deplorava que o explorador que ali chegasse e não fizesse o mesmo, estaria perdido (Serpa Pinto, 1881, p. 59, v. 2). Nota-se que o próprio explorador português deu várias mostras de sua desconfiança durante o seu périplo pela África. Compreende-se, portanto, a sua dificuldade em compreender certos costumes, inclusive o comércio de marfim como monopólio do régulo em determinadas áreas como no Lui.

A ultrapassagem de certas fronteiras ou a entrada por terras incógnitas ou fora das rotas de comércio já conhecidas pode explicar a debandada de muitos trabalhadores nas

³⁴ Mas o marfim passou pelas mãos deles durante suas viagens uma vez que algumas trocas e pagamentos eram feitas por fazendas etc.

³⁵ Para ficar num exemplo, no seu estudo sobre o transporte na África oriental sob domínio colonial alemão, Johann Gottfried Benndorf (1918, p. 62) afirma que as rotas dos árabes e seus pontos de comércio foram utilizados pelos alemães, sendo a base para a expansão das rotas, inclusive com meios de transporte modernos como a ferrovia etc.

³⁶ Cf. Sociedade de Geografia de Lisboa. *Silva Porto e Livingstone. Manuscrito de Silva Porto encontrado no seu espólio*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1891.

expedições de Cameron, Stanley e Livingstone, além daquelas de Capelo, Ivens e Serpa Pinto. Cabe ressaltar que essas “deserções”, termo que se encontra na literatura de viagem, não eram comuns nas caravanas dos sertanejos e traficantes árabo-suaílis. Para ficar num exemplo, Silva Porto aconselha Serpa Pinto a respeitar a divisão do trabalho dos carregadores de acordo com suas áreas geográficas. Desse modo, deveria contratar carregadores bailundos de Benguela até o Bié e dali contratar novos carregadores para os pontos mais remotos da hinterlândia (Serpa Pinto, 1881, p. 36).

As expedições dos *Muzungo* ou *Bwanas* foram também ocasiões para homens marginalizados nas sociedades locais buscarem um ganha-pão ou simplesmente se evadirem. A propósito, o explorador Stanley reconheceu falhas no controle seletivo durante o recrutamento dos homens para a sua segunda expedição. Em Bagamoyo, ouvia-se em toda parte o rumor: “O homem branco trouxe todos os gatunos, rufias e assassinos de Zanzibar para se apoderar de nossa localidade” (Stanley, 1890, p. 46).

As caravanas dependiam, no entanto, do consentimento das comunidades locais para atravessar seus territórios. Ao tratar do transporte na África oriental sob domínio colonial alemão, Johann Gottfried Benndorf (1918) referiu-se às rotas das caravanas e deu alguns exemplos das dificuldades que os trabalhadores itinerantes enfrentavam para o seu abastecimento em água e em víveres. Reconheceu, no entanto, a animosidade das populações locais, pois os carregadores das caravanas cometiam abusos, como espoliação e roubo, por onde passavam (Benndorf, 1918, p. 62).

A organização de uma caravana obedecia a uma divisão interna do trabalho. Cozinheiro, intérprete, guia, batedor, caçador e carregador eram algumas dessas atividades exercidas por trabalhadores itinerantes que integravam as caravanas pelo interior da África e sem os quais o marfim bruto não chegaria nas mãos do joalheiro belga Phillipe Wolfers ou nas fábricas de teclas de piano e de bolas de bilhar como da firma alemã Meyer.

AMBIGUIDADES DO TRABALHO ITINERANTE

As joias em marfim de Phillipe Wolfers, assim como as teclas dos pianos de Reese & Haase ou as bolas de bilhar Meyer, são obras de civilização, mas também de barbárie, pois o comércio de marfim fomentou uma brutal exploração colonial nos confins da África. Escritores como Mark Twain e Arthur Conan Doyle denunciaram os crimes do Congo. Por seu turno, Albert Schweitzer constatava em 1914 que a colonização exigia “a mobilização do maior número possível de homens, a fim de tirar o rendimento máximo das fontes naturais das regiões” (Schweitzer, 2010, p. 121). Na África equatorial, diante da atividade florestal das concessionárias, alertava ainda o médico francês que “corre-se o risco de ver o trabalho obrigatório se transformar sub-repticiamente numa espécie de escravidão” (Schweitzer, 2010, p. 123).

É verdade que o marfim lavrado ou teclas de piano ou bolas de bilhar pode conter tantas histórias tenebrosas quanto a novela *Heart of Darkness*, de Joseph Conrad. Por outro lado, as caravanas das rotas árabo-suaílis contavam, igualmente, com carregadores itinerantes e foram sobre a base desse comércio de longa distância que os impérios coloniais procuraram penetrar no interior do continente africano.³⁷

Extraí-se do relato do explorador português Serpa Pinto (1881, p.136-137) que os homens do Bié “são dados a viajar” e “atrevem-se a ir comerciar nos remotos sertões onde

³⁷ Edward A. Alpers (1975) demonstrou como o comércio de longa distância iniciado pelos árabes no século XV inseriu a África oriental num sistema comercial mais amplo no Oceano Índico que, mais tarde, seria integrado ao sistema capitalista mundial.

vão traficar em marfim e escravos”. “Aproveitando estas disposições”, acrescenta Serpa Pinto, negociantes sertanejos como Silva Porto, Pernambucano e Ladislau Magiar começaram a empregar os naturais do Bié em suas caravanas.³⁸ Não raro, encontra-se no Bié, “um branco português escapado dos presídios da costa, secretário de um preto comerciante rico” (Serpa Pinto, 1881, p. 138)

As expedições científicas, as caravanas esporádicas de caçadores europeus, os trabalhos para aberturas de estradas-de-ferro e para construções de pontes e ainda para a ação repressiva das tropas coloniais durante a Partilha da África ensejaram o aumento de trabalhadores itinerantes. Se havia de sobremaneira recrutamento compulsório e formas análogas à escravidão durante o colonialismo, forçoso é reconhecer que muitos africanos viram no trabalho itinerante uma nova oportunidade.

Ao tratar dos problemas sociais da selva, Albert Schweitzer analisou a propalada falta de mão-de-obra relacionada ao engajamento “ocasional” do africano. Para ele, o africano era um “trabalhador ocasional” (Schweitzer, 2010, p. 117). Os trabalhadores itinerantes eram, igualmente, trabalhadores ocasionais. Uma vez atingido seus objetivos pessoais, esses trabalhadores se desengajavam e retornavam para as suas aldeias. Os inúmeros casos de “fuga” de trabalhadores africanos que pululam na literatura de viagem, mas também nos relatos de funcionários de feitorias no interior da selva podem estar relacionados àquilo que Schweitzer analisou como a cultura do “trabalhador ocasional”. Portanto, não se trata de mera “resistência africana” à colonização. Muito mais que um comportamento reativo à dominação colonial, o abandono ou a fuga dos trabalhadores africanos foi, em muitos casos, o simples desdobramento de um engajamento ocasional que obedecia a uma lógica interna a seus próprios interesses.³⁹ Muitas ações individuais racionais podiam ter um efeito inusitado, inclusive, contrário ao que almejam os indivíduos. A propalada resistência africana muitas vezes foi mero efeito agregado de ações individuais.

Inúmeros são os relatos de europeus sobre as trapaças, as fraudes ou as ardilezas das quais foram vítimas. Essas experiências interculturais indicam que muitas ações africanas foram além da mera resistência ao pretensão exclusivismo europeu enquanto agentes históricos. Em 1914, constatava Albert Schweitzer (2010, p.116): “o recrutamento de trabalhadores não apresenta em parte alguma tamanha dificuldade como entre os nativos [africanos], e em lugar nenhum também se paga mais caro, proporcionalmente, ao trabalho fornecido”. Nota-se o papel determinante da agência africana. Afinal, “as riquezas da região não podem ser exploradas, pois o negro não tem nisso senão um interesse mínimo” (Schweitzer, 2010, p. 118). Em suma, esse “interesse mínimo” é que vincularia o “trabalhador ocasional” a buscar marfim no interior para vendê-lo aos brancos ou derrubar toras de madeiras para os mesmos. Porquanto fosse preciso o emprego para satisfazer o seu “interesse mínimo”, o “trabalhador ocasional” se engajaria.

A ambiguidade do trabalho itinerante repousa na possibilidade de mais de uma leitura das relações de trabalho em contexto colonial.⁴⁰ Sobrepõem-se novas formas de trabalho àquelas pré-existentes, amalgamam-se atividades laborais sob a ordem colonial a certas

³⁸ Se Silva Porto é por demais conhecido da historiografia, Pernambucano e Ladislau Magiar restam quase desconhecidos. A alcunha do primeiro indica que ele tenha sido um daqueles “luso-brasileiros” que vieram de Pernambuco para colonizar Moçâmedes, no sul de Angola, nos meados do século XIX. Já o segundo, trata-se de um aventureiro húngaro.

³⁹ Em determinados casos, o trabalho itinerante ou ocasional era uma continuidade de uma tradição euro-africana na África centro-ocidental ou árabo-suaíli na África centro-oriental do comércio de escravizados, do marfim e de outros produtos ancilares.

⁴⁰ Beatrix Heintze (2002) destacou o protagonismo dos carregadores das caravanas da África centro-ocidental da segunda metade do século XIX. O percurso de milhares de macondes de Moçambique cujo trânsito pelo Tanganyika britânico para trabalhar na indústria do sisal pode ser um outro exemplo (Bastos, 2022).

práticas pré-coloniais. Sobre o trabalho itinerante das caravanas, o explorador português Serpa Pinto (1881, p.32) informou que essas caravanas são de duas espécies:

Um, dirigidas por agentes das casas comerciais, trazem às mesas casas que os despacham os produtos do seu tráfico no interior; outras, exclusivamente compostas de gentio, descem a negociar por conta própria onde melhor ganho encontram.

O tráfico com o gentio faz-se por permutação direta do gênero por fazenda de algodão, branco, riscado ou pintado. Os outros produtos europeus são objeto de uma segunda permutação pela fazenda recebida; e assim, depois da primeira troca do marfim ou cera pelo algodão, é este trocado por armas, pólvora, aguar-ardente, miçanga etc., à vontade do comprador; porque a fazenda de algodão é, por assim dizer, a moeda corrente neste tráfico.

O comércio está entre mãos de europeus e crioulos e felizmente já ali encontramos muitos desses rapazes que, aventureiros, deixam pátria e família, para ir em terras longínquas buscar fortuna.

O que afirmou Serpa Pinto às vésperas da Partilha da África foi confirmado por Albert Schweitzer ao final da mesma. Para o médico francês, a maioria dos rapazes que deixava suas aldeias para vir trabalhar para as madeireiras buscava fortuna, ou seja, “o dinheiro necessário para a aquisição duma esposa” (Schweitzer, 2010, p. 120).⁴¹

Sobre os trabalhadores itinerantes de sua expedição, Serpa Pinto chegou a reconhecer os limites de seu comando. “Todos os dias apresentavam novas exigências, todos os dias levantavam querelas entre si; e eu não podia ser demasiado severo, de receio que me desertassem todos” (Serpa Pinto, 1881, p. 43). Nota-se o quão temerário poderia ser um ato coletivo dos trabalhadores itinerantes. “Desmancha-se no ar” a pretensa superioridade europeia ao ler atentamente as fontes históricas e atentar para as ambiguidades do trabalho itinerante ou do trabalho ocasional. O material empírico demonstra que a burocratização da sociedade metropolitana não se reproduziu na sociedade colonial. Para ficar num exemplo, o relato de Albert Schweitzer sobre as atividades produtivas e administrativas das madeireiras na selva africana demonstra o quanto essas grandes empresas estrangeiras não reproduziam nas colônias a eficácia ou a eficiência nos termos da burocracia weberiana.⁴² Por conseguinte, perde-se muito em termos heurísticos tomar aprioristicamente a dominação colonial por uma “gaiola de ferro” da qual nada se escapa, reduzindo assim a alteridade africana à mera vítima do colonialismo.⁴³

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos livros de história da arte, o movimento *Art Nouveau* não pode ser abordado sem menção às capitais europeias como Bruxelas ou Paris. Já os locais africanos como Stanley Pool (atual Malebo), Matadi ou Boma nunca são associados às artes decorativas da

⁴¹ Para Joseph, seu auxiliar de enfermagem, o Dr. Schweitzer (2010, p.82) teria arranjado um cofre “para compra duma mulher”. Dentro do cofre eram depositadas “todas as gratificações provenientes de plantões noturnos, serviços extraordinários e gorjetas dos doentes brancos.”

⁴² Para Max Weber, a burocracia seria um processo racional em torno de uma autoridade legal, de regras e procedimentos impessoais, de uma divisão racional do trabalho e de uma seleção formal baseada na competência adquirida e não atribuída.

⁴³ A expressão “gaiola de ferro” (*Iron Cage*) atribuída a Max Weber em seu estudo sobre o processo de racionalização no Ocidente, onde a burocracia podia ser cada vez mais eficiente e, ao mesmo tempo, opressora, ganhou notoriedade a partir de sua tradução inglesa. No entanto, o termo original em alemão é outro: *stahlhartes Gehäuse*, literalmente jaula de aço duro. Para a metáfora da “gaiola de ferro” ou da “jaula de aço”, cf. Baehr (2002); Löwy (2013).

chamada *Belle Époque*. Entretanto, esses locais africanos foram entrepostos do comércio de marfim, matéria-prima das esculturas criselefantinas de Phillipe Wolfers e de tantos outros joalheiros. Também a história das fábricas de piano na Europa e nos Estados Unidos pouca ou quase nenhuma referência faz sobre as relações de trabalho desde a busca por marfim no sertão africano até o seu carregamento, armazenamento e exportação pelos portos marítimos da África. Por sua vez, a história dos lazeres burgueses na Europa ignora a faina dos trabalhadores itinerantes para recolher e carregar marfim bruto, matéria-prima de bolas de bilhar etc.

Outrossim, o marfim africano estava inserido num comércio pré-colonial de longa distância e sob a prevalência árabo-suaíli e indiana. Com a conquista militar dos europeus durante a “Partilha da África”, uma boa parte das toneladas anuais de marfim bruto passou a ter por destino os portos europeus. Mas o marfim já era um “objeto global” – assim como o cravo e o açúcar –, ao menos para uma outra realidade histórica integrada a um comércio de longa distância e sobre a qual historiadores como Edward Alpers (1975) e Frederick Cooper (1977) propuseram interpretações promissoras muito antes do modismo da história global

REFERÊNCIAS

ADRIAENSSENS, Werner. L'or blanc du Congo. L'influence de la politique coloniale sur le rayonnement de Philippe Wolfers. In: ADRIAENSSENS, Werner; STEEL, Raf (orgs.) *La dynastie Wolfers. De l'Art Nouveau à l'Art Déco*, Anvers: Pandora, 2006. p. 67-82.

ALPERS, Edward A. *Ivory and Slaves: Changing Pattern of International Trade in East Central Africa to the later Nineteenth Century*. Berkeley: University of California Press, 1975.

BASTOS, Felipe B. C. C. “As fontes dos Wamakonde”: migração laboral, associativismo e anticolonialismo na indústria sisaleira do Tanganyka (1880-1960). Tese (Doutorado em História). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2022.

BAEHR, Peter. The “Iron Cage” and the “Shell as Hard as Steel”: Parsons, Weber, and the Stahlhartes Gehäuse Metaphor in the Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism. *History and Theory*, v. 40, n. 2, p. 153-169, 2001.

BENNENDORF, Johann G. *Der koloniale Verkehr Deutsch-Ostafrikas: ein wirtschaftsgeographischer Versuch*. Weida i. Thüringen: Thomas & Hubert, 1918.

BORNHAUPT, Christian von. *Die Kongo-Akte und der Freihandel*. Verhandlungen der Abteilung Berlin-Charlottenburg der DKG., Berlin: Verlag von Dietrich Reimer, 1902. p. 80-109.

BRIDGES, Nichole. *Contact, Commentary, and Kongo Memory: Souvenir Ivories from Africa's Loango Coast, ca. 1840-1910*. PhD. Dissertation. University of Wisconsin, 2009.

BROCKMANN, Clara. *Die deutsche Frau in Südwestafrika. Ein Beitrag zur Frauenfrage in unseren Kolonien*. Verlegt bei Ernst Siegfried Mittler und Sohn Königlich Hofbuchhandlung: Berlin, 1910.

COOPER, Frederick. Para que serve o conceito de globalização? In: COOPER, Frederick. *Histórias de África*. Capitalismo, modernidade e globalização. Lisboa: Edições 70, 2016. p. 173-210.

COOPER, Frederick. *Plantation Slavery on the East Coast of Africa*. New Haven: Yale University Press, 1977.

CORREA, Sílvio M. de S. Marfim africano em objetos Art Nouveau: Impérios coloniais e histórias entrelaçadas. In: HORTA, José da S.; ALMEIDA, Carlos; MARK, Peter (org.) *African Ivories in the Atlantic World, 1400-1900*. Lisboa: CHUL, 2021. p.614-640.

CORREA, Sílvio M. de S. Oceano Etiópico, elefantes e marfim em iconografias neerlandesas. In: SANTOS, Vanicleia Silva (org.) *O Marfim no mundo moderno*. Curitiba: Prismas, 2017. p. 75-106.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. *Le Congo au temps des grandes compagnies concessionnaires (1898-1930)*, Paris-La Haye: Mouton, 1972.

CROMBIE, David. *Piano. Evolution, Design and Performance*. London: Miller Freeman Publications, 1995.

EHRlich, Cyril. *The Piano. A History*. Oxford: Clarendon Press, 1990.

FALKENHAUSEN, Helene von. *Ansiedlerschicksale: 11 Jahren in Deutsch-Südwestafrika (1893-1904)*. Berlin: D. Reimer, 1905.

FELIX, Marc Leo. *White Gold, Black Hands: Ivory Sculpture in Congo*, Tervuren: Royal Museum of Central Africa, 2010.

FLYNN, Tom. Taming the tusk: The revival of chryselephantine sculpture in Belgium during the 1890s. In: BARRINGER, Tim; FLYNN, Tom (orgs.). *Colonialism and the Object: Empire, Material Culture and the Museum*. New York: Routledge, 1998. p.188-204.

HEINTZE, Beatrix. *Afrikanische Pioniere: Trägerkarawanen im westlichen Zentralafrika (ca. 1850–1890)*. Lembeck: Frankfurt am Main, 2002.

HOCHSCHILD, Adam. *Les fantômes du roi Léopold. La terreur coloniale dans l'Etat du Congo, 1884-1908*, Paris : Ed. Tallandier, 2007.

JARRASSE, Dominique. Art nouveau ou art congolais à Tervuren? Le musée colonial comme synthèse des arts. *Gradhiva - Musée du quai Branly*, n. 23, Collections Mixtes, p.122-145, 2016.

LÖWY, Michael. *La cage d'acier. Max Weber et le marxisme wébérien*. Paris: Stock, 2013.

MEYER, Hans (org.) *Das deutsche Kolonialreich: eine Länderkunde der deutschen Schutzgebiete*. Band 1. Ostafrika und Kamerun. Leipzig: Verlag des Bibliograph. Inst., 1909.

MEYER, Heinrich Adolph. *Elfenbein. Gewerbe- und Industrie-Ausstellung*. Leipzig: Druck von Rudolf Loës, 1889.

REYBROUCK, David van. *Congo. Une histoire*. Paris: Actes Sud, 2010.

SCHWEITZER, Albert. *Entre a água e a selva. Narrativas e reflexões de um médico nas selvas da África equatorial*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

SCHWIDDER, Lutz. *Das Hamburger Kolonialhandelshaus Wm. O'Swald & Co. und die Einführung von "Techniken" in die Kolonien 1890 – 1914*, Diplomica Verlag, 2004.

SERPA PINTO, Alexandre. *Como eu atravessei a África. Do Atlântico ao Índico, determinações geográficas e estudos etnográficos*. Volumes 1 e 2, Londres: Sampson Low, Marston, Searle e Rivington Editores, 1881.

SILVA, Vanicléia S. O marfim como objeto global. Uma introdução. In: SILVA, Vanicléia S.; PAIVA, Eduardo F.; GOMES, René L. (orgs.) *O comércio de marfim no mundo: circulação e produção (séculos XV a XIX)*. Belo Horizonte: Clio, 2018. p.15-40.

STANLEY, Henry M. *Through the Dark Continent*. London: Sampson Low, 1890.

VOS, Jelmer. The Economics of the Kwango Rubber Trade, c. 1900. In: HEINTZE, Beatrix; OPPEN, Achim von (orgs.) *Angola on the Move. Transport Routes, Communications and History*. Frankfurt am Main: Verlag Otto Lembeck, 2008. p. 85-94.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Silvio Marcus de Souza Correa: Doutor em Sociologia pela Westfälische Wilhelms-Universität Münster (Alemanha). Professor associado, Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

silvio.correa@ufsc.br

ORIGEM DO ARTIGO

Projeto de Pesquisa Imagens da África.

AGRADECIMENTOS

O autor agradece ao CNPq pela bolsa de produtividade em pesquisa e ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e ao CESSMA da Université Paris-Cité pela acolhida durante a sua estadia como investigador visitante em 2023.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção do estudo, coleta de dados, análise dos dados, discussão de resultados, revisão e aprovação: Silvio Marcus de Souza Correa.

FINANCIAMENTO

CNPq (proc. [303543/2020-5](#))

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Não se aplica.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.



LICENÇA DE USO

© Silvio Marcus de Souza Correa. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

João J. G. dos Santos Junior.

HISTÓRICO

Recebido em: 20 de janeiro de 2024

Aprovado em: 12 de junho de 2024

Como citar: CORREA, Silvio M. de S. Marfim e trabalhadores itinerantes durante a “Partilha da África”. *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 57, p. 197-219, 2024.

